Governo não atende a pedido de informação feito na Constituinte

BRASÍLIA — O governo deixou sem resposta, até agora, 71 pedidos de informações sobre atos administrativos enviados pelos parlamentares desde que se instalou a Assembléia Nacional Constituinte. Preocupado com esse silêncio — que descumpre uma norma do regimento interno da Constituinte —, o presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, já alertou o ministro Ronaldo Costá Couto, chefe do Gabinete Civil, sobre a importância de o governo respeitar o prazo estabelecido para a resposta aos pedidos de informações encaminhados tanto por constituintes da oposição como por representantes da Aliança Democrática.

Desde que se instalou, à Constituinte aprovou dispositivo no Regimento Interno que possibilita aos parlamentares enviarem requerimentos com pedidos de informações ao Executivo sobre as questões administrativas. A Mesa da Constituinte tem 10 dias para despachar o pedido, e o Executivo 20 para responder. Mas ainda está sem resposta o primeiro requerimento, datado de 10 de fevereiro, de autoria do deputado Amaury Muller (PDT-RS), que pedia explicações minuciosas sobre a importação de alimentos.

"Desrespeito" — "Essa é a prova do total desrespeito do Executivo para com a Constituinte. Nem nos regimes autoritários, o governo se negava a dar explicações ao Congresso. Não que pudessem ser satisfatórias, mas havia um respeito", diz Amaury Muller, um dos recordistas desses pedidos, que já apresentou seis. "O governo contaria com nosso apoio até para fazer a defesa de projetos se provasse que são bons, mas, como ignora as nossas perguntas, só nos resta continuar suspeitando que está agindo às escondidas", acrescenta.

O mesmo pensa o deputado Adylson Motta (PDS-RS), que entregou na última semana oito requerimentos. "Acho que, a exemplo do que vem acontecendo, não obterei respostas de nada, o que é ruim para o governo. Somos oposição, mas não estamos aqui apenas para criticar, queremos até mesmo ajudar. Mas como vamos ajudar se não temos respostas para nossas dúvidas?" O líder Amaral Netto tem requerimento datado de 13 de abril sem resposta.

Já foram despachados pela Mesa da Constituinte ao Gabinete Civil da Presidência da República, como é regimental, 71 pedidos de informações, mas cerca de 30 ainda não foram analisados pela Mesa para serem encaminhados. Nenhum deles foi respondido. O líder do PT, Luiz Ignácio da Silva, por exemplo, tem dois que foram despachados no dia 6 de maio. Um deles pedia informações ao Ministério das Comunicações sobre as concessões de canais de rádio e televisão, e o outro queria saber como seria a nomeação do representante dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional.

Desinteresse — "O fato de estarmos com requerimentos há três meses sem resposta significa que o Poder Executivo não tem interesse em prestar esclarecimentos sobre a condução do governo à Constituinte e representa um descaso para com o Poder Legislativo", diz Lula.

O deputado Adhemir Andrade (PMDB-PA) também é um dos recordistas em pedidos de informações que vão desde os problemas de estradas no interior do Pará até o que acontece com o ouro, a prata, paládio e outros metais nobres produzidos em Serra Pelada e comprados pela Caixa Econômica Federal, num total de sete pedidos. O deputado não conseguiu nenhuma resposta do Executivo, mas teve do deputado Ulysses Guimarães a explicação de que havia alertado o ministro da Casa Civil de que era necessário maior respeito para com o assunto.

José Reynaldo é o alvo preferido

O ministro dos Transportes, José Reynaldo Tavares, é o primeiro em número de pedidos de informação. Dos 71 pedidos, 15 são referentes a assuntos da competência do Ministério dos Transportes, apesar de encaminhados à Presidência da República por força das regras. Depois vêm os ministérios da Previdência e da Fazenda, com cinco pedidos cada, a Caixa Econômica Federal

e o Itamarati têm três pedidos.

Os pedidos dirigidos ao Ministério dos Transportes vão desde solicitações de esclarecimentos sobre o asfaltamento de bairros no município de Imperatriz no Maranhão com recursos do ministério, feito pelo deputado David Alves da Silva (PMDB-MA), passando por pedido de explicações sobre o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, feito pelo deputado Antônio Salim Curiati (PDS-SP), informações sobre obras da rodovia BR-163 (Cuiabá—Santarém) pedidas pelo deputado Adhemir Andrade (PMDB-PA), até explicações detalhadas sobre a construção da ferrovia Norte—Sul pedido feito pelo deputado Luís Salomão (PDT-RI)

Norte—Sul, pedido feito pelo deputado Luís Salomão (PDT-RJ).

Do Ministério da Previdência, o deputado Ruy Nedel (PMDB-RS) quer saber qual a despesa com o corpo administrativo do ministério, bem como as despesas globais, enquanto o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) quer saber qual o montante da dívida dos clubes de futebol para com o ministério. Há pedidos específicos ao Palácio do Planalto, como a aplicação dos recursos do Finsocial, feito pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), ou do deputado David Alves da Silva, que pede a

discriminação dos recursos aplicados no Maranhão.

Existem ainda pedidos curiosos, como o do deputado Antônio Salim Curiati (PDS-SP), que quer saber por que a Empresa de Correios e Telégrafos atrasa a correspondência, ou outro, do mesmo deputado, que pede explicações à Embratur sobre a campanha de turismo "Estatueta da Paz". Já o deputado Júlio Campos (PFL-MT) quer saber o montante das despesas das viagens do ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, ou ainda do deputado Vítor Buaiz (PT-ES), que pede esclarecimentos sobre o encalhe do navio Hyudai New World, de bandeira coreana, na baía de São Marcos, no Maranhão.